IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

MULHERES MIL: OUVINDO AS VOZES DO PROGRAMA. POLÍTICAS PÚBLICAS FEMINISTAS, ECONOMIA SOLIDÁRIA E IDENTIDADE REGIONAL

Eixo Temático 02 A TEMÁTICA DE GÊNERO E SEXUALIDADES NO COTIDIANO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: INTERVENÇÕES E DESLOCAMENTOS

Ludimila Brasileiro Guirra Couto [1]
Rita de Cássia Aragão Matos [2]

RESUMO

Este estudo tem como objeto de investigação o Programa Mulheres Mil (PMM) ofertado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A pesquisa foi realizada no campus Seabra-BA e teve como recorte o período em que o Programa foi ofertado neste campus: entre os anos de 2011 e 2015. Este estudo investiga as estratégias de empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social, egressas do PMM, analisando a despatriarcalização das políticas públicas como um dos percursos fundamentais na efetivação das políticas sociais feministas. Do mesmo modo, a economia solidária é foco de investigação como importante itinerário para a construção de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher e o resgate da identidade regional.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil, Políticas Públicas, Despatriarcalização, Economia Solidária, Identidade Regional.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de um trabalho de pesquisa que tem como objeto de investigação a despatriarcalização das políticas públicas voltadas às mulheres, partindo de uma análise sobre os avanços e limitações do programa Mulheres Mil (PMM) na Bahia, entre os anos de 2011 e 2015. Com este estudo, busca-se analisar as estratégias de empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social, egressas do PMM, tomando como referência a

[1] Doutora pelo Curso de Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia- UFBA, prof.ludimila@gmail.com;
[2] Professora orientadora: Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia-UFBA, rivalta@uol.com.br.

despatriarcalização das políticas públicas como elementos fundamentais na efetivação das políticas sociais feministas. Do mesmo modo, a economia solidária é foco de investigação, nesta pesquisa, como importante itinerário para a construção de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher e o resgate da identidade regional.

O Mulheres Mil é um programa de extensão oferecido nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a partir de 2011, em todo território nacional. A princípio, foi um programa gestado e executado, em 2005, ainda como projeto piloto, implantado em treze Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) nas regiões Norte e Nordeste. O Programa foi estabelecido através do sistema de cooperação internacional entre o governo brasileiro e canadense (*colleges canadenses)*[3] - representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e o apoio do Association of Canadian Community Colleges (ACCC)[4]. A concretização enquanto programa nacional deu-se através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) em parceria com a Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET)[5]. Os cursos ofertados pelo PMM abrangiam: a formação inicial e continuada (FIC) e a qualificação profissional e cursos técnicos[6].

Dessa maneira, o Programa insere-se no conjunto das políticas públicas do Governo daquele período, "com a finalidade de promover ações com vista à equidade, inclusão social, acesso à educação de qualidade e ao mundo do trabalho, cidadania e desenvolvimento local de mulheres em situação de vulnerabilidade social" (MEC/SETEC, 2012, p.4). Portanto, esta pesquisa investiga os principais impasses ao desenvolvimento de um programa como este: tinha em seu plano político-pedagógico tudo para fazer parte do conjunto das políticas públicas

---

3 Instituições de ensino do Canadá voltadas à aprendizagem prática e acadêmica, incluindo atividades de campo e laboratoriais. Para mais informação sobre o assunto ver em: FERRARI, Mari. **A Internacionalização dos Institutos Federais:** um estudo sore o acordo Brasil-Canadá. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gFwF3dnT8KDqjkS9BsQVJJr/?lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2021.

4 O ACCC é uma organização nacional canadense, de adesão voluntária, que representa faculdades e institutos no Canadá e internacionalmente. Sua missão é defender e apoiar a aprendizagem fornecida por instituições membros e sua visão é ser a voz mais respeitada na educação superior (FERRARI, Mari. 2015, p. 1012).

5 Para mais informação sobre o assunto ver em: Portal MEC. Projeto Piloto Programa Mulheres Mil. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso em: 08 set. 2018.

6 Para mais informações sobre o assunto ver em: Portal MEC. Programa Mulheres Mil. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso em: 03 jul. 2020.

feministas. Investiga também os objetivos alcançados através da sua implementação em nível nacional. Da mesma maneira, contribuiu para o alcance das Metas do Milênio, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2000 e aprovada por 191 países. Entre as metas estabelecidas estão: erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2012).

Este estudo foi desenvolvido a partir da(s) experiência(s) como gestora e docente do PMM, no campus Salvador e Seabra-BA do Instituto Federal da Bahia (IFBA), entre os anos de 2009 e 2014. Por isso, teve como intuito investigar de maneira minuciosa as experiências vivenciadas pelas egressas do Programa Mulheres Mil (PMM) na cidade de Seabra, situada a região da Chapada Diamantina, Bahia. Experiências estas que, muitas vezes, invisibilizadas pelo olhar indolente das instituições organizadoras de tais políticas sociais. Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é investigar o Programa Mulheres Mil entre os anos de 2011 e 2015, avaliando avanços e limitações, bem como, estabelecendo uma comparação dos dados socioeconômicos coletados a partir das egressas, dos gestores locais e institucional. Portanto, esta pesquisa se esforçou em dar voz e visibilidade às mulheres em situação de vulnerabilidade social que foram alunas do Programa na cidade de Seabra-BA.

Sendo assim, foram analisados os dados levantados no campus Seabra – IFBA, a partir das egressas do Programa. Este campus foi definido como foco de investigação da pesquisa porque trata-se de uma região, até então, pouco analisada em termos de políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social. Especialmente no que concerne às políticas públicas transversais, como o Programa Mulheres Mil. Por esse motivo, é preciso ter um olhar delicado para os sujeitos em suas múltiplas identidades, assim como um olhar metódico para uma realidade tão específica: uma cidade com 41.798 pessoas[7], situada na Chapada Diamantina-BA.

Ainda sobre a necessidade da realização de uma pesquisa nesta cidade/região, pois há uma diferença explicitamente perceptível quando se trata do acesso ao mercado de trabalho, da elevação do nível de escolaridade das alunas do Programa após a conclusão dos cursos, entre outros aspectos associados à vulnerabilidade social, no momento em que examinamos outras

7 População do censo de 2011. (IBGE, 2019). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra/panorama>. Acesso em: 24 nov. 2019.

realidades/ experiências em que o Programa foi ofertado. Desigualdades, especialmente, no que concerne ao nível de escolaridade, ao acesso à informação, à renda fixa[8], saúde, etc. Existe também a necessidade de inclusão social das mulheres que participam ativamente no desenvolvimento econômico desta região. Pois, como consta no Plano Territorial de desenvolvimento sustentável do território da Chapada Diamantina, desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA):

> assim é necessário que exista as políticas públicas voltadas para as mulheres a nível municipal, regional, estadual e federal, sejam implementadas e melhoradas urgentemente. Oportunidade de trabalho (curso profissionalizante); qualidade de vida familiar e melhoria na saúde pública especializada para as mulheres. Além disso, uma educação continuada de qualidade; ampliação do número de creches; transporte escolar de qualidade; qualidade dos profissionais de educação, aumento do índice de cobertura dos PSFs, e do número de consultas/exames, capacitação/humanização dos profissionais de saúde/segurança, implementação e divulgação do planejamento familiar e métodos contraceptivos, combate às DSTs/Pré-natal, implantação DEAM/NAM, implantação de Casa Abrigo, aplicação da Lei Maria da Penha, qualificação e fortalecimento de grupos produtivos, plano territorial de Políticas para as mulheres, capacitações, qualificação profissional (MDA, 2010, pp. 27-28).

Nesse sentido, Seabra está inserida em uma região que ainda precisa de um olhar atento para estas questões, especialmente quando se trata do acesso aos mecanismos de combate à violência contra a mulher e com relação à questão da evasão escolar, revelou índices muito elevados quando se trata de avaliar, especialmente, as alunas das comunidades rurais.

O debate em torno das políticas públicas/programas voltados às mulheres em situação de vulnerabilidade tem se tornado um campo de demanda acadêmica cada vez mais recorrente, pois a criação destes programas traz à tona a necessidade do acompanhamento das formas como têm sido realizados nos municípios brasileiros e o exercício reflexivo da pesquisa torna possíveis leituras de seu funcionamento em nível tanto nacional quanto local. Destaco ainda que este trabalho de pesquisa se justifica pela relevância que os Institutos Federais têm assumido, frente ao desenvolvimento de políticas, ditas como inclusivas, do governo federal e pelo potencial destas instituições públicas em se tornarem referência para os municípios do entorno em que estão inseridas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

8 Realidade da cidade de Seabra, cujo salário médio mensal em 2016, era de 1.9 salários mínimos, destacando o caso dos trabalhadores formais. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.9%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 51.6% da população nessas condições. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra/panorama>. Acesso em: 14 nov. 2018.

A respeito da metodologia utilizada como referencial para o desenvolvimento desta pesquisa é de natureza qualitativa e fundamentada no estudo de caso, sendo empregados diversos procedimentos metodológicos e diferentes técnicas. A entrevista foi o procedimento metodológico fundamental para a coleta de dados, nesta pesquisa, para dar voz e visibilidade às "mulheres mil". É um estudo orientado a partir da seguinte compreensão: "a metodologia está diretamente relacionada ao modo como se olha para o contexto social que envolve o objeto de pesquisa, como percebe-se os problemas e como busca-se os caminhos que levarão às respostas" (GOLDENBERG, 2004, p. 21).

Os recursos metodológicos utilizados, sobretudo quanto às técnicas de coleta de dados, para a construção deste estudo foram a pesquisa documental, pesquisa de campo e as entrevistas. No total, foram realizadas 14 entrevistas: cinco semiestruturadas e nove em profundidade. Para a realização das entrevistas foram utilizados depoimentos da equipe multidisciplinar (ex-gestores e docentes que atuaram no Programa) e das egressas do Programa Mulheres Mil do campus Seabra que estudaram entre os anos de 2011 e 2014.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A despatriarcalização das políticas públicas perpassa o feminismo decolonial, nesse sentido, fundamentado no feminismo comunitário. Isto posto, a partir da premissa do feminismo comunitário apresento o seguinte pensamento:

> Os feminismos comunitários são movimentos de ação política, em contínua reconstrução que unificam as lutas pela despatriarcalização, a decolonialidade e o antineoliberalismo no contexto do mundo atual globalizado. Nesse sentido, entendemos que esses movimentos se colocam e contribuem para a construção da interculturalidade crítica que, de acordo com Walsh (2007, p. 7-8), significa uma construção de e desde os grupos/comunidades que têm sofrido uma história de submissão e subalternização. Uma proposta de um projeto político que também pode implicar uma aliança com pessoas e grupos que, de igual forma, buscam alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto para a transformação social, como para criar condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta forma, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si mesma. É um projeto de existência, de vida plena para todos e todas (SACAVINO, 2016, p. 100).

A economia solidária é ponto de interesse neste estudo, pois trata de importante ferramenta na construção de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher e o resgate da identidade regional. A investigação a respeito deste recorte deu-se porque a economia solidária integra o quadro de disciplinas do Módulo Educacional Central do PMM, intitulada Cooperativismo e Economia solidária. Analisar a economia solidária neste cenário resulta de

um diagnóstico a respeito da importância de políticas sociais que promovam o empoderamento da mulher sem perder de vista o resgate da sua identidade regional. Sendo assim, "Ousado e inédito na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Mulheres Mil trouxe o desafio de trabalhar com recortes de exclusão: mulheres jovens e adultas, em situação de vulnerabilidade econômica e social, a maioria com baixa escolaridade e à margem do mundo do trabalho" (MEC, 2011, p. 7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consiste nos resultados da pesquisa sobre as possibilidades de promover políticas públicas feministas voltadas ao empoderamento da mulher em situação de vulnerabilidade social e a valorização dos saberes locais e regionais, através da economia solidária.

Portanto, trata-se acima de tudo de uma investigação que visa refletir e evidenciar dificuldades, limitações e obstáculos encontrados na execução de políticas públicas, voltadas às mulheres. Os avanços de tais políticas situam-se no campo do embate e na desconstrução dos valores ideológicos tradicionais. Mulheres que historicamente foram invisibilizadas e que formam um contingente de beneficiárias de programas sociais que, muitas vezes, preenchem apenas dados numéricos, tabelas e gráficos de políticas sociais que reproduzem uma estrutura social patriarcal-capitalista que, muitas vezes, não têm como objetivo transformar os quadros de vulnerabilidade social do país. Esmiuçar as repercussões de tais políticas na vida das egressas do Programa Mulheres Mil e suas demandas regionais – assim como, investigar minuciosamente os avanços, as limitações e os obstáculos institucionais enfrentados na implementação de tais políticas - é o primeiro passo para a implementação das políticas públicas feministas e para que assim haja uma efetiva promoção do empoderamento da mulher.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria.** Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2012. Acesso em: 25 nov. 2019.

FERRARI, Mari. **A internacionalização dos Institutos Federais**: um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000401003>. Acesso em: 06 set. 2021.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar.** Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

MEC. **Mulheres Mil**: do sonho à realidade. Organização: Stela Rosa – Brasília, 2011. 420p.

MEC. **Programa Mulheres Mil**: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/o-que-e-44388>. Acesso em: 14 mar. 2015.

MEC. **Projeto piloto Programa Mulheres Mil.** 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/267-programas-e-acoes-1921564125/programa-mulheres-mil-1429950593/62641-projeto-piloto-2>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território.** Chapada Diamantina-Bahia, 2. ed., Seabra-BA. 2010.

SACAVINO, S. Tecidos feministas de Abya Yala: Feminismo Comunitário, **Perspectiva Decolonial e Educação Intercultural.** Uni-pluri/versidad, vol. 16, n. 2, 2016.